

SERVENG ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

SERVENG ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Senhores acionistas

Em cumprimento as determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Pedra Grande, 28 de fevereiro de 2019.

A Diretoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Aos Acionistas e Diretores do
Serveng Energias Renováveis S.A.
Pedra Grande - RN

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Serveng Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Serveng Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Serveng Energias Renováveis S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e ao fazê-lo considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem também informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, que não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes. Consequentemente, não estamos emitindo opinião sobre tais demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Pedra Grande, 28 de fevereiro de 2019.

Serveng Energias Renováveis S.A.

**Balances patrimoniais
em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017 (Não auditado)	2018	2017 (Não auditado)			2018	2017 (Não auditado)	2018	2017 (Não auditado)
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	39.640	69.357	23	18	Fornecedores	10	39.999	48.492	2.747	5
Aplicações financeiras	5	40.161	30.985	-	-	Financiamentos	11	45.581	43.977	-	-
Contas a receber	6	29.057	35.540	2.752	5	Obrigações tributárias		3.171	2.513	20	14
Estoques		5.216	4.039	-	4	Salários e férias a pagar		564	711	14	14
Impostos a recuperar	7	18.620	19.001	22	3	Dividendos a pagar		14.495	-	14.495	-
Dividendos a receber		-	-	5.067	6.117	Outras contas a pagar		1.359	126	-	-
Outras contas a receber		1.062	810	-	2						
Despesas antecipadas		1.323	227	-	-			105.169	95.819	17.276	33
		<u>135.080</u>	<u>159.959</u>	<u>7.864</u>	<u>6.149</u>	Não circulante					
						Financiamentos	11	613.157	612.415	-	-
Não circulante						Mútuos	12	46.075	176.362	46.075	-
Realizável a longo prazo						Adiantamento para futuro aumento de capital		7.875	-	7.875	-
Depósitos Judiciais		84	-	-	-	Provisão para demandas judiciais		6	180	-	-
Mútuos		-	9.000	-	-			<u>667.113</u>	<u>788.957</u>	<u>53.950</u>	<u>-</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	4.950	-	Patrimônio líquido					
Contas a receber	6	15.050	15.050	-	-	Capital social	14	472.825	371.825	472.825	371.825
Ativo fiscal diferido		12.076	12.555	12.076	12.555	Reservas de lucros		53.897	9.916	53.897	9.916
Outras contas a receber		4.086	-	-	-	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		<u>526.722</u>	<u>381.741</u>	<u>526.722</u>	<u>381.741</u>
		<u>31.296</u>	<u>36.605</u>	<u>17.026</u>	<u>12.555</u>						
Investimentos	8	-	-	544.784	334.738						
Imobilizado	9	1.103.981	1.041.306	-	58			<u>1.299.004</u>	<u>1.266.517</u>	<u>597.948</u>	<u>381.774</u>
Intangível		28.647	28.647	28.274	28.274						
		<u>1.132.628</u>	<u>1.069.953</u>	<u>573.058</u>	<u>363.070</u>						
Total do ativo		<u>1.299.004</u>	<u>1.266.517</u>	<u>597.948</u>	<u>381.774</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.299.004</u>	<u>1.266.517</u>	<u>597.948</u>	<u>381.774</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Serveng Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017 (Não auditado)	2018	2017 (Não auditado)
Receita de vendas líquida	15	335.058	300.327	28.672	-
Custo do produto vendido	16	(216.462)	(224.767)	(26.976)	-
Lucro bruto		118.596	75.560	1.696	-
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas e gerais	17	(6.600)	(30.387)	(21)	895
Resultado de equivalência patrimonial	8	-	-	57.323	(3.925)
Resultado operacional		111.996	45.173	58.998	(3.030)
Receitas financeiras	18	6.585	6.616	-	14
Despesas financeiras	18	(55.775)	(48.321)	(26)	(41)
Resultado financeiro		(49.190)	(41.705)	(26)	(27)
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		62.806	3.468	58.972	(3.057)
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	19	(7.938)	(6.528)	(18)	(3)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	19	3.608	(478)	(478)	(478)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		58.476	(3.538)	58.476	(3.538)
Lucro (prejuízo) por ação		0,129	(0,010)	0,250	(0,015)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Serveng Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
		<i>(Não auditado)</i>		<i>(Não auditado)</i>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	58.476	(3.538)	58.476	(3.538)
Resultado abrangente total	58.476	(3.538)	58.476	(3.538)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Serveng Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Não auditado)	262.753	837	12.617	-	276.207
Aumento de capital	109.072	-	-	-	109.072
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.538)	(3.538)
Transferência para reserva de lucros	-	-	(3.538)	3.538	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (Não auditado)	371.825	837	9.079	-	381.741
Aumento de capital	101.000	-	-	-	101.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	58.476	58.476
Reserva legal	-	2.899	-	(2.899)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(14.495)	(14.495)
Transferência para reserva de lucros	-	-	41.082	(41.082)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	472.825	3.736	50.161	-	526.722

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Serveng Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017 (Não auditado)	2018	2017 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	58.476	(3.538)	58.476	(3.538)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais:				
Lucro não realizado	(1.407)	(1.406)	(1.407)	(1.404)
Provisão para demandas judiciais	(174)	177	-	-
Depreciação a amortização	36.638	26.833	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	478	478	478	478
Custo residual do ativo imobilizado e da propriedade para investimentos baixado	918	147	58	-
Juros e variações monetárias	56.688	50.690	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	(57.323)	3.925
	<u>151.617</u>	<u>73.381</u>	<u>282</u>	<u>(539)</u>
(Aumento) Redução nos ativos operacionais:				
Aplicações financeiras	(9.176)	(259)	-	-
Contas a receber	6.483	(4.516)	(2.746)	(5)
Estoques	(1.177)	(110)	4	-
Impostos a recuperar	381	(3.407)	(19)	(1)
Outras contas a receber	(4.338)	1.019	2	12
Despesas antecipadas	(1.096)	(200)	-	-
Depósitos judiciais	(84)	-	-	-
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(8.613)	(7.015)	2.244	(14)
Obrigações tributárias	658	(4.591)	6	(6)
Salários e férias a pagar	(147)	22	-	1
Outras contas a pagar	1.353	38.817	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>135.861</u>	<u>93.141</u>	<u>(227)</u>	<u>(552)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	(98.824)	(221.000)	-	-
Aumento de participação em controladas e SCs	-	-	(4.928)	(108.928)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	<u>(98.824)</u>	<u>(221.000)</u>	<u>(4.928)</u>	<u>(108.928)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	-	109.072	-	109.072
Adiantamento para futuro aumento de capital	28.280	-	4.560	-
Mútuos	(40.692)	(5.460)	(50.442)	-
Recebimentos de dividendos de controladas	-	-	51.042	418
Empréstimos tomados	39.146	145.685	-	-
Financiamentos pagos, incluindo juros	(93.488)	(83.830)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>(66.754)</u>	<u>165.467</u>	<u>5.160</u>	<u>109.490</u>
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(29.717)</u>	<u>37.608</u>	<u>5</u>	<u>10</u>
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	69.357	31.749	18	8
No fim do exercício	<u>39.640</u>	<u>69.357</u>	<u>23</u>	<u>18</u>
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(29.717)</u>	<u>37.608</u>	<u>5</u>	<u>10</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Serveng Energias Renováveis S.A. (Companhia), localizada na Fazenda Boca de Campo, S/N – Zona Rural – Pedra Grande - RN, foi constituída em 02 de março de 2010. A Companhia tem por objeto social a construção, operação e exploração de sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, nos diferentes campos de energia, em qualquer uma de suas fontes, com vistas à exploração econômica comercial, a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, bem como a prestação de serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas e participação no capital social de outras sociedades que exerçam atividades semelhante às exercidas pela Companhia, como sócia ou acionista, domiciliadas no país ou no exterior.

As controladas da Companhia tem por objeto social a comercialização de energia elétrica, atuando como agente comercializador, nos termos da regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Prestação de serviços em negócios de energia elétrica, bem como a prestação de serviço de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas; e a participação no capital social de outras sociedades que exerçam atividades semelhantes às exercidas pela Companhia, notadamente sociedades cujo objeto seja promover, construir, instalar e explorar projetos de geração de energia elétrica e comercialização de energia e serviços correlatos e a geração de energia elétrica através da fonte eólica, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, implantação, montagem e administração de projetos de geração de energia eólica e a comercialização da energia elétrica gerada. As controladas Ventos Parazinhenses Geradora Eólica e SM Geração de Energia Eólica estão em fase pré-operacional.

2 Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão resumidas abaixo.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a. *Declaração de conformidade com relação às normas do CPC*

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2019.

b. *Base de mensuração e conteúdo*

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor.

c. *Moeda funcional e moeda de apresentação*

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

d. *Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação dessas demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

2.2 Principais práticas contábeis

a. *Caixa e equivalentes de caixa*

Incluem dinheiro em espécie, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos inferiores a 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

b. *Aplicações financeiras*

As aplicações financeiras incluem os recursos que não serão aplicados na operação no curto prazo, dentro de um período inferior a 90 dias.

c. *Instrumentos financeiros*

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos reconhecidos na Companhia são as aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2018 e 2017, incluindo operações de *hedge*.

(iv) Categoria dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa, contas a receber e outras contas a receber), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo.

d. Ativos arrendados

A Companhia e suas controladas possuem apenas arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos efetuados referentes a arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

e. Investimento

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

f. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

g. Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Companhia e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo da data de aquisição. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

h. Licenças ambientais

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento são reconhecidas como custo dos parques eólicos.

i. *Redução ao valor recuperável*

O imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

j. *Fornecedores*

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

k. *Financiamentos*

Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço.

Capitalização dos custos dos financiamentos

Os custos dos financiamentos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

l. *Provisões*

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

m. *Imposto de Renda e Contribuição Social*

O Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e de 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

n. *Outros passivos circulantes e não circulantes*

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

o. *Capital social*

O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

p. *Novas normas e interpretações ainda não adotadas*

Norma não adotada na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e que pode ser relevante para a Companhia está mencionada abaixo:

IFRS 16 Leases (Arrendamento) – CPC06 (R3) – Operações de arrendamento mercantil.

A IFRS 16 foi editada pelo IASB em janeiro de 2016 e exige que os arrendatários reconheçam nas demonstrações contábeis o passivo de pagamentos futuros e o direito de uso de um ativo arrendado, incluindo arrendamentos operacionais. Terá validade a partir de ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

A Companhia ainda não escolheu o método de transição para as novas normas nem determinou os efeitos das novas normas nos relatórios financeiros atuais.

3 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas, conforme detalhado a seguir:

Empresa	Tipo de controle	Participação acionária - %	
		2018	2017
Ventos Potiguar Comercializadora de Energia S.A	Integral – Direto	100,00	100,00
Ventos Fortes Geradora Eólica S.A.	Integral – Direto	100,00	100,00
Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	100,00	100,00
Ventos de Santo Antonio Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	100,00	100,00
Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	100,00	100,00
SM Geração Eólica S.A.	Integral – Indireto	100,00	100,00
Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	100,00	100,00
Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	100,00	100,00
Canto da Ilha Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	100,00	100,00
Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	100,00	100,00
Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	100,00	100,00
Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	100,00	100,00
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	100,00	100,00
Ponta do Vento Leste Geradora S.A.	Integral – Indireto	100,00	100,00
Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	100,00	100,00
Torres de Pedra Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	100,00	100,00
Torres de São Miguel Geradora S.A.	Integral – Indireto	100,00	100,00

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital e reservas de lucros das empresas controladas.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017 (Não auditado)	2018	2017 (Não auditado)
Bancos conta movimento	907	1.051	23	18
Aplicações financeiras	38.733	68.306	-	-
	39.640	69.357	23	18

5 Aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017 (Não auditada)	2018	2017 (Não auditada)
Aplicações financeiras	40.161	30.985	-	-

As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) que foi de 6,40 % a.a. em 2018 (9,93 % a.a. em 2017).

6 Contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017 (Não auditado)	2018	2017 (Não auditado)
Contas a receber	29.057	35.540	2.752	5
Contas a receber - partes relacionadas (nota 13)	15.050	15.050	-	-
	44.107	50.590	2.752	5
Circulante	29.057	35.540	2.752	5
Não circulante	15.050	15.050	-	-

O contas a receber no consolidado refere-se substancialmente a venda de energia eólica pela empresa Ventos Potiguares para a empresa CEMIG Geração e Transmissão S.A.

O contas a receber - partes relacionadas é composto por operações com a empresa Soares Penido Participações. Em função disso, a companhia não constituiu perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

7 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017 (Não auditado)	2018	2017 (Não auditado)
PIS retido na fonte (a)	2.764	2.595	2	-
COFINS retido na fonte (a)	12.730	11.953	7	-
IR retido na fonte (b)	2.230	1.993	3	3
IRPJ Estimativa	130	1.759	6	-
CSLL Estimativa	766	701	4	-
	18.620	19.001	22	3

- (a) Os saldos de Pis e Cofins referem-se aos créditos não cumulativos incidentes na aquisição de energia elétrica.
- (b) Os créditos relativos a Imposto de Renda são oriundos de valores retidos na fonte sobre aplicações financeiras.

8 Investimentos – controladora

	2018	2017 (Não auditado)
Investimentos mensurados por equivalência patrimonial	544.784	334.738

As informações da controladora sobre as participações societárias avaliadas pela equivalência patrimonial estão apresentadas como segue:

Serveng Energias Renováveis S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018 e 2017

	Capital	Reservas	Patrimônio	Lucro	Participação	Investimento		Equivalência patrimonial	
	Social	de lucros	Líquido	não realizado	no capital	2018	2017 (Não auditado)	2018	2017 (Não auditado)
Empresa									
Ventos Potiguares Comerc. de Energia S.A	347.244	(32.180)	315.064	(35.519)	100,00%	279.545	100.510	45.069	24.460
Ventos Fortes Geradora Eolica S.A.	288.383	(23.211)	265.172	-	100,00%	265.172	234.159	12.244	(28.388)
Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.	17.972	5.595	23.567	-	0,03%	7	8	1	1
Canto da Ilha Geradora Eólica S.A.	16.150	4.403	20.553	-	0,03%	6	7	1	1
Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.	27.955	9.980	37.935	-	0,02%	7	6	1	1
Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A.	17.023	5.651	22.674	-	0,03%	7	8	1	1
Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A.	15.203	4.135	19.338	-	0,03%	6	7	1	1
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	29.700	9.023	38.723	-	0,02%	7	7	1	1
Ponta do Vento Leste Geradora S.A.	26.450	8.934	35.384	-	0,02%	7	7	1	1
Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.	17.604	5.334	22.938	-	0,03%	7	6	1	1
Torres de Pedra Geradora Eólica S.A.	27.053	8.890	35.943	-	0,02%	7	7	1	1
Torres de São Miguel Geradora S.A.	16.447	2.885	19.332	-	0,03%	6	6	1	1
Agreste Potiguar Geradora Eolica S.A. (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)
Folha Larga Potiguar Geradora Eolica S.A. (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)
						544.784	334.738	57.323	(3.925)

(e) Agreste Potiguar Geradora Eolica S.A. encerrada no dia 31 de janeiro de 2018 e Folha Larga Potiguar Geradora Eolica S.A. encerrada em 29 de dezembro de 2017.

9 Imobilizado

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017 (Não auditado)	2018	2017 (Não auditado)
Aerogeradores	1.004.892	658.472	-	-
Instalações e benfeitorias	27.424	23.421	-	-
Máquinas e equipamentos	28.389	23.161	-	-
Móveis e utensílios	238	108	-	-
Computadores e periféricos	167	7	-	-
Imobilizado em Andamento	42.871	336.135	-	58
	1.103.981	1.041.306	-	58

a. Mapa de movimentação do imobilizado – consolidado

	Taxa depreciação (a.a%)	(Não auditado)			(Não auditado)			31/12/2018		
		31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2017	Adições		Baixas	Transf.
Custo										
Aerogeradores		752.128	-	-	5	752.133	1.387	(931)	380.244	1.132.833
Instalações e benfeitorias		26.580	-	-	(8)	26.572	-	-	5.010	31.582
Máquinas e equipamentos		26.185	98	-	(7)	26.276	1.527	(98)	4.789	32.494
Móveis e utensílios		60	49	-	(1)	108	-	(49)	179	238
Computadores e periféricos		-	11	-	-	11	-	-	146	157
Imobilizado em andamento		45.073	291.046	(140)	-	335.979	97.317	(58)	(390.368)	42.870
		850.026	291.204	(140)	(11)	1.141.079	100.231	(1.136)	-	1.240.174
Depreciação										
Aerogeradores	3,3	(68.453)	(25.085)	-	27	(93.511)	(34.575)	145	-	(127.941)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(2.262)	(886)	-	1	(3.147)	(1.011)	-	-	(4.158)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(2.201)	(893)	-	(17)	(3.111)	(1.042)	48	-	(4.105)
Computadores e periféricos	10	-	(4)	-	-	(4)	(10)	25	-	11
		(72.916)	(26.868)	-	11	(99.773)	(36.638)	218	-	(136.193)
Total do imobilizado		777.110	264.336	(140)	-	1.041.306	63.593	(918)	-	1.103.981

b. Mapa de movimentação do imobilizado – controladora

	Taxa depreciação (a.a%)	(Não auditado)			(Não auditado)			31/12/2018		
		31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2017	Adições		Baixas	Transf.
Custo										
Imobilizado em Andamento		58	-	-	-	58	-	(58)	-	-
Total do imobilizado		58	-	-	-	58	-	(58)	-	-

10 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017 (Não auditado)	2018	2017 (Não auditado)
Fornecedores	16.670	48.492	2.747	5
Fornecedores - partes relacionadas (nota 13)	23.329	-	-	-
	39.999	48.492	2.747	5

O saldo de fornecedores no consolidado refere-se substancialmente de compra de energia eólica pela empresa Ventos Potiguares da empresa BTG Pactual Comercializadora de Energia.

O saldo de fornecedores - partes relacionadas é composto substancialmente por operações entre SM Geração de Energia e Ventos Parazinhenses Geração de Energia com a Serveng Civilsan e refere-se a serviços de construção civil na construção dos Parques.

11 Financiamentos

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017 (Não auditado)	2018	2017 (Não auditado)
Financiamento com BNDES	471.998	508.866	-	-
Financiamento com BNB	186.740	147.124	-	-
Finame	-	402	-	-
	658.738	656.392	-	-
Circulante	45.581	43.977	-	-
Não circulante	613.157	612.415	-	-

Vencimentos - Anos

2020	45.581
2021	45.581
2022	45.581
2023	45.581
2024 em diante	430.833
Total do não circulante	613.157

O financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), captado pela Companhia, tem como objetivo financiar a construção do parque eólico na cidade de Pedra Grande no estado do RN, estando sujeito a encargos fixos de 2,5% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com prazo de amortização mensal de até 192 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária da totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela controladora Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. Esse financiamento possui indicador financeiro (covenant) anual em que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser maior ou igual a 1,3, onde: (EBITDA - Imposto de Renda e Contribuição Social) / (Soma dos pagamentos do principal + Juros em 12 meses). O cálculo e consequente manutenção do índice conforme definido, deve começar a ser efetuado a partir da data de início de operação do parque eólico.

O financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), captado pela Companhia, tem como objetivo financiar a construção do parque eólico na cidade de Pedra Grande no estado do RN, estando sujeito a encargos fixos de 10.14 % ao ano, com prazo de amortização mensal de até 156 meses. Esse financiamento possui indicador financeiro (covenant) anual em que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser maior ou igual a 1,3, onde: (Saldo inicial de caixa + Geração de caixa da atividade) / (12 meses de pagamento da dívida onerosa). O cálculo e consequente manutenção do índice conforme definido, deve começar a ser efetuado a partir do primeiro dia útil após 60 dias da entrada em operação comercial da usina.

Empresa	Lucro bruto	Despesas administrativas e gerais	Despesas não recorrentes	Depreciação e amortização	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	EBITDA	IR e CS corrente	Geração de caixa da atividade no ARef	Serviços da dívida no ARef	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)	
										2018	2017
Campina Potiguar	7.532	(98)		2.234	139	9.807	(605)	9.202	6.578	1,399	1,441
Canto da Ilha	6.524	(17)		1.997	(8)	8.496	(480)	8.016	5.959	1,345	1,371
Energia Potiguar	11.612	(30)		3.599	(107)	15.074	(791)	14.283	10.744	1,329	1,309
Esquina dos Ventos	7.658	(38)		2.249	(12)	9.857	(627)	9.230	6.697	1,378	1,417
Ilha dos Ventos	5.471	(29)		1.734	(9)	7.167	(400)	6.767	4.962	1,364	1,352
Morro dos Ventos	12.390	(51)		3.745	(4)	16.080	(872)	15.208	11.114	1,368	1,325
Ponta do Vento Leste	11.800	(37)		3.581	(124)	15.220	(811)	14.409	10.855	1,327	1,316
Pontal do Nordeste	7.270	(13)		2.254	(13)	9.498	(480)	9.018	6.795	1,327	1,314
Torres de Pedra	11.587	(18)		3.583	(130)	15.022	(794)	14.228	10.719	1,327	1,313
Torres de São Miguel	5.018	(26)		1.713	532	7.237	(381)	6.856	4.922	1,393	1,329
Combinado	86.862	(357)		26.689	264	113.458	(6.241)	107.217	79.345	1,351	1,342

12 Mútuos

O saldo de mútuos refere-se aos contratos firmados entre a Companhia e sua controladora indireta Soares Penido Participações S.A., no montante de R\$ 46.075 em 2018 (R\$ 176.362 em 2017). Os contratos possuem prazo determinado de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser renovados mediante termo aditivo assinado entre as partes.

13 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com a Companhia, suas controladas e seu controlador, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado.

Os saldos e transações estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017 (Não auditado)	2018	2017 (Não auditado)
Ativo circulante				
Dividendos a receber				
Ventos Potiguares	-	-	5.064	6.117
Parque eólico – UV1 a UV10	-	-	3	-
	-	-	5.067	6.117
Ativo não circulante				
Contas a receber				
Soares Penido	15.050	15.050	-	-
Mútuos a receber				
Soares Penido	-	9.000	-	-
Outras contas a receber				
Soares Penido	4.086	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital				
Ventos Fortes	-	-	4.950	-
	19.136	24.050	4.950	-

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017 (Não auditado)	2018	2017 (Não auditado)
Passivo circulante				
Fornecedores				
Serveng Civilsan	23.323	-	-	-
Serveng Energia Renováveis	3	-	-	-
Energia Potiguar	3	-	-	-
	23.329	-	-	-
Dividendos a pagar				
Soares Penido	14.415	-	-	-
Thadeu Luciano Marcondes Penido	80	-	-	-
	14.495	-	-	-
	37.824	-	-	-
	Consolidado		Controladora	
	2018	2017 (Não auditado)	2018	2017 (Não auditado)
Passivo não circulante				
Mútuos				
Soares Penido	46.075	176.362	46.075	-
Adiantamento para futuro aumento de capital				
Soares Penido	7.875	-	7.875	-

Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante o exercício de 2018, a remuneração a título de honorários aos Administradores da Companhia e controladas foi de R\$ 457 (R\$ 447 em 2017).

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia é de R\$ 472.825 (R\$ 371.825 em 2017) totalmente integralizado e representado por 453.495.618 (365.048.248 em 2017) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b. Reserva legal

É constituída a razão de 5% sobre o lucro líquido no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reservas de lucros

	2018
Saldo inicial	9.916
Lucro líquido do exercício	58.476
Dividendos propostos	(14.495)
	53.897

15 Receita de vendas líquida

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017 (Não auditado)	2018	2017 (Não auditado)
Venda de energia	365.812	333.993	31.594	-
Impostos sobre as vendas	(30.754)	(33.666)	(2.922)	-
	335.058	300.327	28.672	-

16 Custo do produto vendido

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017 (Não auditado)	2018	2017 (Não auditado)
Depreciação e amortização	(36.638)	(26.868)	-	-
Custo do produto vendido	(147.929)	(170.732)	(28.609)	-
Custo com mão de obra	(4.705)	(4.051)	(126)	-
Serviços de terceiros	(17.339)	-	(3)	-
Arrendamento de terra (nota 20)	(4.923)	(3.118)	-	-
Outros custos	(4.928)	(19.998)	1.762	-
	(216.462)	(224.767)	(26.976)	-

17 Outras receitas (despesas) operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017 (Não auditado)	2018	2017 (Não auditado)
Despesas administrativas e gerais				
Despesas comerciais	-	(14)	-	-
Despesas com serviços	(1.218)	(23.175)	(12)	(168)
Despesas com pessoal	(2.158)	(3.367)	-	(240)
Despesas tributárias	(90)	(347)	(3)	(10)
Indenizações	1325	(23)	-	-
Baixa de ativo imobilizado	(786)	-	-	-
Perdas e danos	(471)	-	-	-
Reversão (provisão) para demandas judiciais	157	(157)	-	-
Outras despesas	(3.359)	(3.304)	(6)	1.313
	(6.600)	(30.387)	(21)	895

18 Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017 (Não auditado)	2018	2017 (Não auditado)
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	5.469	6.608	-	14
Descontos obtidos	8	8	-	-
Juros recebidos	981	-	-	-
Outras receitas financeiras	127	-	-	-
	6.585	6.616	-	14
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(56.695)	(50.537)	-	-
Juros pagos	1.099	(19)	-	-
Despesas bancárias	(179)	2.235	(26)	(41)
	(55.775)	(48.321)	(26)	(41)
	(49.190)	(41.705)	(26)	(27)

19 Imposto de Renda e Contribuição Social

	Consolidado	
	2018	2017 (Não auditado)
LUCRO PRESUMIDO		
Imposto de Renda		
Receita	205.267	149.918
Alíquota	8%	8%
	16.421	11.993
Receita financeira	5.669	6.326
Base de cálculo	22.090	18.319
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	3.314	2.748
Adicional federal de 10%	1.897	1.592
Imposto apurado	5.211	4.340
Contribuição Social		
Receita	205.267	149.918
Alíquota	12%	12%
	24.632	17.990
Receita financeira	5.669	6.326
Base de cálculo	30.301	24.316
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	2.727	2.188
Total do imposto de Renda e da Contribuição Social	(7.938)	(6.528)

	2018	2017 (Não auditado)
LUCRO PRESUMIDO		
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	210.936	156.244
Imposto calculado (IR/CS)	7.938	6.528
	4%	4%
LUCRO REAL		
Imposto de Renda		
Apropriação lucro não realizado nos imobilizados	(1.407)	(1.407)
Reconhecimento de prejuízo fiscal 2012	719	-
Reconhecimento de prejuízo fiscal 2013	15.625	-
Base de cálculo IR diferido	14.937	(1.407)
Imposto de Renda diferido	3.734	(352)
Contribuição Social		
Apropriação lucro não realizado nos imobilizados	(1.407)	(1.407)
Base de cálculo CS diferido	(1.407)	(1.407)
Contribuição Social diferida	(127)	(127)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	3.608	(478)

20 Arrendamentos mercantis operacionais

As controladas são arrendatárias de terrenos sob a forma de arrendamento operacional. O contrato iniciou-se em dezembro de 2010 e tem duração de 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser renovado em comum acordo entre as partes. O pagamento deve ser correspondentes a 2% (dois por cento) do faturamento bruto anual do parque. As controladas são impedidas de entrar em qualquer contrato de subarrendamento. As controladas não participam no valor residual do bem arrendado, conseqüentemente, foi determinado que todos os riscos e benefícios do bem arrendado são do arrendador.

a. Pagamentos mínimos futuros

Em 31 de dezembro de 2018 os pagamentos mínimos futuros são como segue:

2019	4.436
2020	3.708
2021	4.364
2022	4.225
2023 em diante	55.219
	71.952

b. Valores reconhecidos no resultado

	2018	2017
Arrendamento de terra (nota 16)	4.923	3.118

21 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

21.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, pelas características individuais de cada cliente.

A Companhia e suas controladas não reconhecem perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é com partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2018 a exposição máxima é de R\$ 108.858 no consolidado e R\$ 2.775 na controladora (R\$ 135.882 no consolidado e R\$ 23 na controladora em 2017) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

21.2 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	<u>Até 1 ano</u>	<u>Até 2 anos</u>	<u>+ 2 anos</u>
Fornecedores	39.999	-	-
Financiamentos	45.581	91.162	567.576

21.3 Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

21.4 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

21.5 Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

21.6 Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações contábeis:

	Valor contábil		Valor justo	
	2018	2017 (Não auditado)	2018	2017 (Não auditado)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	39.640	69.357	39.640	69.357
Aplicações financeiras	40.161	30.985	40.161	30.985
Contas a receber	29.057	35.540	29.057	35.540
Outras contas a receber	1.062	810	1.062	810
Total	109.920	136.692	109.920	136.692
Passivos financeiros				
Fornecedores	39.999	48.492	39.999	48.492
Financiamentos	658.738	656.392	658.738	656.392
Total	698.737	704.884	698.737	704.884

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

- Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

Instrumentos financeiros por categoria:

	2018		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	39.640	-	-
Aplicações financeiras	-	40.161	-
Contas a receber	29.057	-	-
Outras contas a receber	1.062	-	-
Total	69.759	40.161	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	39.999
Financiamentos	-	-	658.738
Total	-	-	698.737

	2017 (Não auditado)		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	69.357	-	-
Aplicações financeiras	-	30.985	-
Contas a receber	35.540	-	-
Outras contas a receber	810	-	-
	105.707	30.985	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	48.492
Financiamentos	-	-	656.392
	-	-	704.884

21.7 Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

21.8 Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O principal risco atrelado às operações da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 6,40 % para o CDI e 6,98 % para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	25%	50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	40.161	6,40%	<u>2.570</u>	<u>3.213</u>	<u>3.855</u>	<u>1.928</u>	<u>1.285</u>
Financiamentos		TJLP					
Despesa financeira	658.738	6,98%	<u>(45.980)</u>	<u>(57.475)</u>	<u>(68.970)</u>	<u>(34.485)</u>	<u>(22.990)</u>
Resultado financeiro			<u>(43.410)</u>	<u>(54.262)</u>	<u>(65.114)</u>	<u>(32.557)</u>	<u>(21.705)</u>

22 Compromissos com contratos

A Companhia possui compromissos de venda de energia eólica incentivada à empresa CEMIG Geração e Transmissão S.A., para garantir o desenvolvimento e implantação de seus projetos. Os compromissos em 31 de dezembro de 2017 podem ser assim estimados por seus valores nominais:

- Data do contrato: 09/12/2010
- Data que se inicia a obrigação do fornecimento: 01/05/2012
- Data que se encerra a obrigação do fornecimento: 14/08/2033
- Quantidade a ser fornecida: 77,72 MW média ao ano

23 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Diretoria

Contabilidade

Anderson Ronemberg
 Contador CRC 1SP 274990/O-0-S-RN